

O COMPROMETIMENTO SOCIAL E POLÍTICO DO PESQUISADOR DIANTE DA REPRODUÇÃO SOCIAL

COMPROMISO SOCIAL Y POLÍTICO DO INVESTIGADOR DELANTE LA REPRODUCCIÓN SOCIAL

THE SOCIAL COMMITMENT AND POLITICAL RESEARCHER BEFORE THE SOCIAL REPRODUCTION

Juliana Aparecida Cruz Martins¹

Patricia Laura Torriglia²

Resumo: Este estudo tem como objetivo levantar alguns questionamentos e compreensões acerca do engajamento do intelectual diante da sociedade a qual está investigando. Evidencia que desvelar o fenômeno social para além de sua mera aparência só é possível por meio de um método que considera a dimensão histórica da sociedade. Primeiramente, realizamos algumas considerações sobre o engajamento social e político do intelectual diante da realidade social contemporânea com base em György Lukács (2009). E, por fim, levantamos algumas considerações acerca da intervenção do intelectual e as consequências práticas da teoria, mediante a efetivação da análise sobre a reprodução social.

Palavras-chave: Reprodução social. Engajamento social. Trabalho. Educação.

Resumen: El presente texto tiene como objetivo comprender y plantear algunas preguntas en relación al compromiso intelectual de los investigadores en la sociedad actual. Entendemos que revelar el fenómeno social más allá de su mera apariencia solamente es posible mediante un método que considera la dimensión histórica de la sociedad. En primer lugar, realizamos un estudio sobre el compromiso social y político del intelectual frente a la realidad social contemporánea a partir de György Lukács (2009). Finalmente, planteamos algunas consideraciones sobre la intervención del intelectual y las consecuencias prácticas de la teoría en los procesos efectivos de la reproducción social.

Palabras clave: Reproducción Social. Compromiso Social. Trabajo. Educación.

Abstract: This study aims to raise some questions and understandings about the intellectual engagement to society to which this investigating. Shows that reveal the social phenomenon beyond its mere appearance is only possible through a method that considers the historical understanding of society. First, we conducted a study on György Lukács (2009) on the social and political engagement of the intellectual face of contemporary social reality. Finally, we raise some considerations on the intervention of the intellectual and the practical consequences of the theory through effective implementation of the analysis of social reproduction.

Keywords: Social Reproduction. Social engagement. Work. Education

Mapa-múndi/ 1

O sistema:

Com uma das mãos rouba o que com a outra empresta.

Suas vítimas:

Quanto mais pagam, mais devem.

Quanto mais recebem, menos têm.

Quanto mais vendem, menos compram.

Eduardo Galeano (O Livro dos Abraços, 2002)

O pesquisador, quando assume um posicionamento de referencial teórico marxista, considera que a gênese do processo, sua continuidade e descontinuidade possibilitam compreender o fenômeno

social, apontando para uma perspectiva que permita a construção de ações estratégicas que criem alternativas de mudanças sociais. O engajamento social do intelectual comprometido corresponde a tomar um posicionamento que contribua para as reformas ou para a perspectiva revolucionária.

Partimos do pressuposto que a análise teórica da relação entre educação e trabalho, essenciais para a reprodução social, necessita ser consistente e coerente com a realidade, que se apresenta permeada pelas contradições antagônicas de classe – a trabalhadora e a burguesa. O intelectual, ao realizar sua pesquisa, encontra-se diante de muitas escolhas; uma delas é assumir a defesa da história da luta da classe trabalhadora ou permanecer no debate das reformas, que permitem a manutenção, sustentação e permanência da ordem do capital. Mesmo sendo muito complicado o tema das reformas, cabe destacar aqui que as salientamos de uma maneira geral sem entrar na complexidade que essa categoria implica.

Torna-se fundamental o estudo teórico desta interlocução entre processo produtivo e processos de educação, que confluem – junto com outras esferas sociais – na reprodução da sociedade capitalista. Ser intelectual comprometido com a sociedade é demonstrar em seu desenvolvimento teórico uma concepção que permita entender esse processo dinâmico e contraditório da atual sociabilidade, que desvele as artimanhas e organizações desse tipo de sociedade, que atrela todas as práticas sociais do humano para atender a seus interesses, especificamente o valor e a valorização do capital.

No presente artigo, apresentamos primeiramente uma análise sobre a responsabilidade do ser pesquisador com o social, fundamentando-nos em Lukács (2009), ao enfatizar a necessidade de compreensão de responsabilidade ética do intelectual e que essa reflexão possa ter uma intervenção no processo histórico-social de desenvolvimento da humanidade. Em seguida, aprofundamos a relação entre trabalho e educação no sistema capitalista e como a intervenção do intelectual engajado com as lutas sociais pode vir a interferir na análise compreensiva desse fenômeno social.

Ser intelectual diante do social: engajamento social e político

Um dos questionamentos corrente, principalmente nas pesquisas em ciências humanas, é saber até que ponto o ser intelectual, mediante suas análises e compreensões de mundo, interfere nas decisões de determinada realidade social. Lukács (2009, p. 203), importante intelectual marxista, escreve, no texto: “*A responsabilidade social do filósofo*”, que duas questões são necessárias diante desse tema:

[...] existe uma responsabilidade específica do filósofo, que vá além da responsabilidade normal de qualquer homem em relação a sua vida, aos seus semelhantes, à sociedade que vive e ao seu futuro? E mais: uma tal responsabilidade adquiriu em nossa época uma forma particular?

Nessa linha de pensamento, o autor propõe que, para compreender essa responsabilidade social, se torna necessário saber se existe comprometimento por parte do intelectual ao envolver um elemento histórico-social constitutivo. Lukács explica que na ética há correntes decisivas, uma destas considera o ato em si da decisão ética, do comportamento; essa posição, ao longo da história, assumiu posições diversas, seja com os estoicos, em Epicuro, Kant e no existencialismo, etc. O ponto comum dessas posições, segundo Lukács (2009, p. 204), é “o ato da decisão ética, da adoção de um comportamento eticamente

relevante, como algo independente do desenvolvimento causal da realidade histórico-social”. No estudo, *Para uma ontologia do ser social*, Lukács (2012, p. 95) escreve:

Em toda reflexão filosófica sobre a práxis humana, esta é derivada – consciente ou inconscientemente, no quadro do sistema ou extrapolando-o – em última análise, do seu de onde (gênese, história, sociedade) e do seu para-onde (perspectiva). Contudo, a derrelição, como substituto existencialista obstrui seu caminho até lá.

De tal modo, compreender qual é a posição da qual se parte – com todas as contradições que isso implica – já contém, embora embrionariamente, uma perspectiva em direção à genericidade, o individual em processo de compreensão de seu pertencer ao gênero. Assim, a fratura entre o ser e o dever-ser atravessa a personalidade que atua em sua ação. Lukács (2009) esclarece que mesmo aquela ética orientada para o ato individual é obrigada a transcender seu ponto de partida; o próprio homem, como ser social, sua relação com seu próximo e a sociabilidade devem estar no centro do sistema.

A conexão entre ato individual e ação histórico-social é percebida com maior precisão nas teorias éticas que, em geral, se denominam utilitarismo. Em tais teorias, o caráter social da ética é o ato individual; o outro, porém, é considerado parceiro, sendo o egoísmo e o altruísmo qualidades centrais.

Sobre o egoísmo Lukács (2009, p. 206) salienta que,

de um lado, o motivo egoísta pode colocar-se absolutamente em primeiro plano, em particular até o momento em que a regulação automática da ação individual, egoísta, determinada pela economia, vale como dogma inabalável; de outro exatamente por isto, uma tal estrutura da sociedade pode ser abstraída do devir histórico e idealizada como condição “eterna” da relação entre homem e sociedade.

O caráter ético transforma-se a tal ponto que somente os resultados das ações humanas são relevantes. “Trata-se da tentativa de derivar de motivos egoísticos as intenções e ações humanas desinteressadas e orientadas por um espírito de sacrifício que chega até o heroísmo” (LUKÁCS, 2009, p. 206). O pressuposto da conexão do ato individual e a ação histórico-social é de que uma ética tem origem a partir de homens “naturalmente” egoístas, que descem do céu, do transcendente para a terra, a sociabilidade real, com deveres e responsabilidades puramente sociais. Essa ilusão igualmente vela e oculta a gênese da história social e a própria história dos sujeitos singulares inseridos nesse processo.

Existe, conforme Lukács (2009), certa relação entre a ética marxista anteriormente descrita e a doutrina do egoísmo racional. Nessa direção, Engels chegou a mencionar que recusava todo o egoísmo por parte dos “socialistas verdadeiros” e que eles próprios se diziam comunistas por egoísmo.

Entretanto, é interessante enfatizar que

[...] a corrente histórico-social na qual se insere toda vida individual, a compreensão de que a vida ético-individual implica necessariamente uma responsabilidade histórico-social nas decisões, nos comportamentos etc., e, o que é mais decisivo, que até mesmo as virtudes mais elevadas, mais socialmente determinadas, não se opõem de forma ascético-dualista ao homem “natural”, mas sob circunstâncias favoráveis, podem ser desenvolvidos organicamente a partir das suas características “naturais” (LUKÁCS, 2009, p. 2007).

A unidade ética manifesta-se quando seu ponto de partida é o seu oposto, a predominância acentuada das consequências. Porém, uma concepção deste tipo centrada nas consequências não possui aplicabilidade nem mesmo em nível jurídico (LUKÁCS, 2009). Em meio às relações recíprocas entre os

homens –no movimento constante dos pores teleológicos singulares –, toda a ação autonomiza-se, daquele que a executa e adquire seu próprio desenvolvimento. Contudo, a dialética da ação não suprime a autoria do sujeito, sua intenção e convicção.

A universalidade ética da responsabilidade só pode ser encontrada se considerarmos a ação individual como momento dinâmico de atuação histórico-social em sua totalidade e continuidade concretas igualmente dinâmicas. A universalização é operada em um tipo de abstração que, “numa decisão ética, tem seu passado histórico-social e um futuro que surge do próprio processo” (LUKÁCS, 2009, p. 210).

Sobre as análises das consequências, é perceptível que Hegel rejeitou as concepções unilaterais e extremas da responsabilidade ética. A responsabilidade ética “[...] unifica em si tanto a intenção quanto a consequência, mas de um modo tal que a ambas supera e transforma qualitativamente” (LUKÁCS, 2009, p. 211). Hegel entende que é necessário compreender o que conhecemos e como conhecemos, assim,

[...] o conhecimento pertence, de uma parte, à vida histórico-social e é, pois momento de um processo; de outra, não é idêntico à previsão das consequências esperadas no momento da ação. E isto não seria possível, uma vez que o objeto desse conhecimento é a universalidade (LUKÁCS, 2009, p. 211).

O conceito social da ação possui uma dimensão ampla, nenhuma ação esgota-se em um ambiente social delimitável. “Na medida em que se relaciona com a vida pública, é, simultânea e inseparavelmente, um elemento que favorece ou trava um processo social” (LUKÁCS, 2009, p. 212). O fato de não agir pode constituir uma forma de agir; assim sendo, Hegel apud Lukács (2009, p. 213) afirma que, “portanto, só é inocente o não agir do ser de uma pedra, mas não o é sequer o do ser de uma criança”. O não agir implica aceitar ou recusar determinada situação, estrutura, instituição, crença, etc. De acordo com Lukács (2009, p. 213), explica que

[...] à simples possibilidade de não agir; se, por exemplo, os trabalhadores de uma empresa estão em greve, objetivamente cabe aqui apenas um sim ou não; neste caso, a “abstração” é simplesmente idêntica a um não.

Diante da realidade, o intelectual pode tomar posicionamentos e, nessa sociabilidade em que é perceptível a existência da divisão social em classes, opressoras e oprimidas, pode posicionar-se, do lado dos opressores ou dos oprimidos, desvelar essa relação baseada na exploração da força de trabalho da grande maioria, ou mistificar e criar a falsa crença de que tudo “está bem”, aceitando a aparente imutabilidade das relações sociais.

De acordo com o marxismo, independentemente de qual seja o ponto de partida “[...] ideológico e metodológico da ética, as suas sínteses devem desembocar necessariamente no desenvolvimento histórico-social da humanidade” (LUKÁCS, 2009, p. 215). A ética do indivíduo permanece dominante, independentemente da relação mais ou menos consequente com seu destino social.

Continua Lukács (2009, p. 217) explicando que, no marxismo,

[...] surge então elaborada, pela primeira vez de modo coerente, a ideia segundo a qual a economia, sociedade e história não são mais que o desenvolvimento do sistema de relações humanas e que as leis objetivas específicas que nelas operam – certamente que de modo complexo e através de mediações – são sínteses de ações humanas.

Não há nada da atividade humana que não seja produto e consequência do agir humano. Sendo assim, estabelece-se uma íntima relação entre o conhecimento e a consciência, entre o ser humano como personalidade e como ser genérico. O gênero entendido, sobretudo como conceito histórico-social e em relação, como destaca Lukács “O social não é senão determinação precisa do próprio homem, da sua relação com os outros homens” (LUKÁCS, 2009, p. 218). O capitalista e o trabalhador são apenas sínteses dos processos e mesmo que as leis econômicas e as mediações entre indivíduo e ser genérico sejam complexas e variadas, o indivíduo encontra-se diante de um jogo concreto que o induz a uma escolha responsável na totalidade da vida. “O problema contemporâneo está obviamente fundado nos resultados da história e é ampliado por eles” (LUKÁCS, 2009, p. 211).

Lukács (2009) escreve um exemplo conciso, sobre tal situação, quando se remete à Primeira Guerra Mundial, explicando que, como a guerra tomou de surpresa a opinião pública, também foi necessário intervir mediante um grande trabalho ideológico sobre essas massas. O conteúdo desse trabalho é claro: tornar-se responsável pela guerra ou pela paz. “O que antes era responsabilidade de um círculo relativamente estreito transformou-se agora em questão da humanidade” (LUKÁCS, 2009, p. 222).

Na mesma linha de pensamento, Kosik (2010) ressalta que a história é feita pelos homens, mas o autor se pergunta: por que agem, ao fazer história, como meros instrumentos ou executores? Por que acreditam e têm convicção de serem movidos por um poder superior? O homem coloca em prática os próprios desígnios, mas não defende seus próprios interesses, coloca em prática somente as leis da história. Ao analisar um assassinato, por exemplo, dependendo da ocasião, pode ser ato de heroísmo ou um assassinato, a “verdade” da história, a sua concreticidade e plasticidade, pluridimensionalidade e realidade consistem em que uma mesma ação pode atender ao mesmo tempo interesses particularistas ou podem ser proclamados interesses gerais, nesse caso lembremos a grande quantidade de vítimas das guerras até o momento. O assassinato em massa, nesse caso, aparentemente considera como ato de heroísmo o executado pelo soldado, pois o praticou em nome da pátria.

Outro autor, Thompson (1981, p. 51), ao defender o status ontológico dos fatos, assinala que

os processos acabados da mudança histórica, com sua complicada causação, realmente ocorreram, e a historiografia pode falsificar ou não entender, mas não pode modificar, em nenhum grau, o status ontológico do passado. O objetivo da disciplina histórica é a consecução dessa verdade da história.

A realidade “grita”, assim como a experiência “bate” às portas, e ocultar a verdade dos fatos, por meio da dimensão epistemológica e ideológica, não poderá apagar o status ontológico daquilo que aconteceu. A responsabilidade social do intelectual torna-se fundamental para o constructo da compreensão dessa verdade e intervenção na realidade social, ela está composta de um quadro de valores que pode legitimar os interesses dos opressores ou limitar sua ação sobre a classe dominada. A análise da história tem sido um dos elementos que permite adquirir subsídios para, em vez de limitar, alargar a ação da classe dominante, quando, por exemplo, adultera e falsifica o entendimento sobre as relações sociais vigentes.

Nessa direção, Mészáros (2008, p. 37) é enfático ao afirmar que

as deturpações desse tipo são a regra quando há riscos realmente elevados, e assim é, particularmente, quando eles são diretamente concernentes à racionalização e à legitimação da ordem social estabelecida como uma “ordem natural” supostamente inalterável.

Na mesma linha de pensamento, Thompson (1981, p. 57) assinala que a história

[...] não é uma fábrica para a manufatura da Grande Teoria, como um concorde do ar global, também não é uma linha de montagem para a produção em série de pequenas teorias [...] seu objetivo é reconstruir, “explicar”, e “compreender” seu objeto: a história real.

Na compreensão desse “objeto real”, o conhecimento que procura desvelar o mundo fantasmagórico e mistificado, de determinadas compreensões, fenomenológicas, positivistas, etc., isso é uma maior aproximação da verdade, possibilita a intervenção das ações humanas “ajuda a conhecer quem somos, porque estamos aqui, que possibilidades humanas se manifestaram, e tudo quanto podemos saber sobre a lógica e as formas de processo social” (THOMPSON, 1981, p. 58). Como afirma Lukács, (2013, p. 211),

[...] a conservação dos fatos passados na memória social influencia ininterruptamente todo acontecimento posterior. Isso de modo algum abole a legalidade objetiva do processo, mas certamente a modifica, às vezes até decisivamente.

E, nessa direção, segundo Thompson (1981, p. 58), “qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro”. Assim, passado e futuro estão em movimento no presente e cabe ao pesquisador estruturar sua análise do real objetivo composto por esse movimento em direção a uma compreensão profícua da realidade histórico-social. De acordo com Marx (2008), os homens fazem a sua história, mas não a fazem segundo sua vontade, em circunstâncias escolhidas imediatamente dadas e transmitidas pelo passado. “Essas circunstâncias” determinadas, nas quais os homens formulam finalidades, são as relações e situações humanas mediatizadas pelas coisas. [...] a “circunstância é a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento” (HELLER, 2008, p. 11). Vemos aqui uma perspectiva que retira qualquer tipo de “sorte fortuita”, já que o sujeito singular está incluído no processo da história e não poderia ser diferente para uma compreensão dialética e materialista do mundo e das relações.

Nessa abordagem, o conhecimento é um instrumento que permite aos homens desvendar o passado, para que, na medida dessa compreensão, possam contribuir para criar elementos que possibilitem a transformação social no presente.

Thompson (1981, p. 61) esclarece que

a explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado, mas por que se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionam-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma “lei”, nem são os “efeitos” de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo.

É fundamental salientar que, para realizar uma análise teórica que possibilite uma compreensão

que permita orientar nossas ações para a transformação da sociedade contemporânea, seus percalços e avanços, diante do humano, o intelectual necessita uma maior clareza no que se refere à posição que fundamenta sua teoria. A consistência na escolha do referencial teórico possibilita elaborar questionamentos e uma atitude crítica diante da realidade social a ser analisada, permitindo, assim desnudar a lógica do discurso dominante e compreender não apenas o fenômeno social em sua concreticidade imediata, mas também realizando processo de análises mais aprofundadas de seus nexos e conexões do fenômeno.

De acordo com Moraes (2007), entender o complexo, essência e aparência demanda recursos de um realismo crítico e científico que concebe o mundo como uma totalidade estruturada, diferenciada e em mudança. Só compreendemos o mundo social se identificamos as estruturas em funcionamento que geram os eventos, as aparências ou os discursos, sendo essa a tarefa primordial do pesquisador. Porque poder desvelar as dimensões que estão postas nos fenômenos implica, entre outras coisas e por um lado, um aprimoramento o mais adequado possível – a partir da materialidade do mundo externo – dos processos cognitivos que permitem refletir e elaborar aquilo que está fora de nós, independentemente de nós. E por outro lado, que existe porque “existimos, e por outro lado, este *conhecer* orienta os futuros atos de intervenção e transformação da realidade” (TORRIGLIA, 2013, p. 3).

O marxismo torna-se o referencial fundamental, na análise do fenômeno social para além da mera aparência, considera que toda a objetividade é histórica como produto e como produtora; o presente é uma transição do passado para o futuro, “só em Marx a história adquire um significado objetivamente mais adequado à realidade, como forma-base fundante de todo o ser” (LUKÁCS, 2010, p. 279).

Uma análise baseada na ontologia crítica evidencia que

[...] em relação ao futuro são os próprios homens que fazem a sua história; que eles mesmos e o sistema de relações em que vivem com seus semelhantes são produtos da sua própria atividade; que todos os conteúdos e formas do futuro resultam e resultarão do concreto vir-a-ser da humanidade, independentemente do fato de que este processo ocorra com verdadeira ou falsa consciência (LUKÁCS, 2009, p. 219-220).

Quanto ao processo de conhecimento do fenômeno social, Duayer (2006) explica que estamos cercados por crenças que contribuem para o entendimento sobre a realidade social. Sendo assim, necessitamos, na condição de pesquisadores, levantar certos questionamentos a propósito das crenças. Conforme Duayer (2006, p. 109),

crenças são convicções sobre a realidade ou verdade de qualquer coisa. Mas são convicções que sempre trazem consigo interrogações que nos assediam continuamente. Como emergem as crenças? Por que são cridas? Como distinguir as críveis das incríveis? As falsas das verdadeiras?

A partir dos questionamentos do autor, podemos também perguntar: O quê? O como? e o Por quê? conhecer, pois, para intervir na realidade, o ser humano precisa fazer uma constante leitura da realidade social, um profundo esforço de apropriação do real por meio do pensamento, que permita e fundamente a compreensão das relações sociais. Esse entendimento acerca de questões contemporâneas, que, em alguns casos, foram compreendidas como crenças e que se apresentaram como falsas ou verdadeiras, críveis ou incríveis são partes da realidade e de algum modo interferem no processo de

constituição da própria realidade. Nessa direção, Duayer (2006, p. 110) insiste que “[...] é por meio dessa totalidade articulada de crenças, ou sistemas de crenças, que os sujeitos significam o mundo para si, criam para si um espaço de significação”. Isto é, as crenças sobre o mundo têm uma função prática sobre as atividades que os homens exercem no mundo objetivo.

Por sua vez, Moraes (2009, p. 601) afirma que o conhecimento mais aprofundado possibilita concretizar escolhas mais adequadas das ações cotidianas, “somente com o conhecimento dos mecanismos, dos nexos causais, é possível a efetivação da finalidade”. Nesse sentido, alguns questionamentos são necessários quanto à responsabilidade do pesquisador diante da sociedade e da forma de analisar seu objeto de pesquisa. Dependendo das escolhas teóricas, estaria o pesquisador intervindo na compreensão da realidade em que ele está inserido? Se a teoria tem consequências, a posição que se adota perante mundo pode acentuar a imutabilidade dessa sociabilidade ou trazer reflexões e orientações para sua transformação? É com esses questionamentos que damos sequência a este estudo, analisando de que forma essa responsabilidade do intelectual diante do social influi na compreensão sobre trabalho e educação na sociedade capitalista.

Intervenção do intelectual e as consequências práticas da teoria

Partimos do entendimento de Lukács (1981) de que a categoria trabalho permitiu o desenvolvimento processual do ser social; entende-se que todo fenômeno social pressupõe o trabalho. Com o trabalho, é possível o desenvolvimento de outras práticas fundamentais do ser social, linguagem, cooperação e divisão do trabalho. Estas, para existirem e funcionarem, necessitam interagir entre si e é por meio dessa relação que se desenvolve o processo reprodutivo do complexo total, como o momento predominante do ser social. Pelo trabalho, o ser humano modifica a natureza e a si próprio, e vincula-se diretamente ao desenvolvimento processual da sociedade, constituindo o modelo da práxis social. Esse caráter processual, ao longo dos tempos, cria, no ser humano, sempre novas necessidades e capacidades, como também permite o desenvolvimento das relações sociais e das forças produtivas.

Na sociabilidade capitalista, essa atividade vital, o trabalho assume, sob a violência e a exploração, características negativas para o ser humano, pois se fundamenta na propriedade privada e no processo desigual de produção dos meios para subsistência do ser humano, tornando, assim, um gradual e profundo processo de desumanização. O trabalho convertido em trabalho assalariado torna o ser humano vendedor de sua força de trabalho, que permite sua reprodução como trabalhador e a valorização do capital da classe capitalista.

De acordo com Tumolo (2005, p. 242),

num primeiro exercício analítico percebe-se que o trabalho concreto (valor de uso) está subsumido pelo trabalho abstrato (valor), em razão de que o capitalismo é uma sociedade essencialmente mercantil, cujo objetivo não é a produção de valores de uso para a satisfação das necessidades humanas, do estômago à fantasia. Mais do que isto, trata-se de uma relação na qual a afirmação do trabalho abstrato é a negação do trabalho concreto e vice-versa.

Compreender essa dupla negação, na qual a mercância torna-se prioritária, é imprescindível, já

que a reprodução social com caráter capitalista tende a se voltar cada vez mais a sustentar a estrutura social e suas contradições. Tanto a vida singular dos indivíduos quanto a totalidade social modificam-se, de acordo com os interesses dessa sociabilidade na qual os indivíduos assumem distintas funções, atitudes mediante as possibilidades elaboradas pelo capital.

No desenvolvimento processual da sociabilidade de classes, as mediações sempre foram fundamentais para a reprodução social dessa sociedade, para contribuir nas escolhas realizadas pelos indivíduos singulares. A educação apresenta-se como uma dessas mediações; toda sociedade exige de seus próprios membros certo nível de conhecimentos, habilidades, comportamentos, etc. (LUKÁCS, 2013).

Na sociabilidade do capital, o conhecimento assume características distintas a que poderia resultar na emancipação humana e política, pois se encontra vinculado diretamente com o desenvolvimento do processo produtivo; mas, um dos objetivos do conhecimento nessa sociabilidade é tornar o capital em funcionamento e reproduzindo-se. Nesse objetivo, o acesso ao conhecimento para a classe trabalhadora limita-se, a maioria das vezes, a contribuir com os avanços tecnológicos do processo produtivo que permite a intensificação da exploração de sua própria força de trabalho.

Retomando o explicitado no ponto anterior e, ao entender tais limitações impostas pela sociabilidade do capital, consideramos que o pesquisador – baseado em um referencial teórico – realiza escolhas teóricas no complexo campo de mediações, escolhas entre as diversas alternativas para efetuar uma análise teórica e reflexiva a respeito da reprodução social nessa sociabilidade. E, nessa direção, o intelectual aprofundará e demonstrará essa relação, direcionando sua compreensão para a regulação social do capital ou a transformação social tendo em vista outra possibilidade.

O que nos instiga é como pensar uma análise teórica que consiga transpor as limitações de muitas compreensões supérfluas que criam a falsa crença de que basta o trabalhador ter uma formação ou profissionalização que poderá transformar sua condição de vida, deixar de ser trabalhador para ser proprietário. Considerando a responsabilidade histórico-social do pesquisador, como conceber essa compreensão teórica, de maneira a visualizar suas contradições para superá-las?

O que causa certa preocupação das limitações na compreensão do processo histórico da humanidade é que, atualmente, mais do que em qualquer outra época existe certa “naturalização”, na luta por uma transformação social que altere a maneira de atender às necessidades da vida. Desse modo, é urgente a necessidade de um conhecimento teórico, que desmascare a realidade de desigualdades que milhares de trabalhadores enfrentam todos os dias em seus ambientes de trabalho, para sobreviverem. Isso significa aprofundar a categoria “desigualdade” na sua gênese e não meramente nas intencionalidades surgidas do próprio modo de produção (do capital) que sobrevive por sua existência, aliás, a desigualdade é inerente à valorização do valor. Acreditamos que nessa compreensão as meras “reformas” e desdobramentos em múltiplos “Programas” não são suficientes.

Não podemos negar a função social dos processos de educação como promotores do acesso ao conhecimento desenvolvido ao longo do processo histórico da humanidade. Portanto, enquanto não desempenha subsídios para uma formação ampla, para além da configurada pelo mercado mundial, ela de nada tem contribuído, pois se encontra atrelada à aceitação e permanência desse modo de produzir a vida,

que preza pelas injustiças e desigualdades sociais.

Por certo, não podemos refutar a importância de educadores pesquisadores comprometidos com a classe trabalhadora, que pensam em alternativas que venham ao encontro da transformação social que se vincula a uma configuração anti-hegemônica econômica e política. O que Meszáros (2008) salienta com comprometimento é que precisamos de uma educação que rompa com as estruturas da sociedade capitalista, que nos leve para além do capital. Esse é um esforço constante e polêmico que o campo da esquerda realiza, e que cada vez mais tem de ser debatido entre os diferentes grupos e militantes de esquerda para pensar e gerar estratégias de resistência diante do inevitável ataque à classe trabalhadora.

Atualmente, os processos educacionais e os processos sociais de reprodução do capital encontram-se interligados. Constantemente são imprescindíveis reformas educacionais, reformas que são elaboradas para pequenas alterações no processo educacional; sem, contudo, modificar ou ferir a lógica do capital. Seria de se esperar tal reação, pois é impossível em uma sociedade, na qual a classe dominante é prioritariamente forte, fundamentar em grande escala uma classe libertadora consciente que possa ferir a estrutura do sistema capitalista.

Nesse sentido, as reformas educacionais mantêm o trabalhador alienado ao capital, estranhado de suas próprias atividades, e, apesar de suas posições críticas, apenas remediam os efeitos da ordem produtiva. Historicamente, os parâmetros estruturais fundamentais tornam o capital incontestável, e, em face dessa situação, limitar uma mudança educacional baseada em reformas é renegar que uma transformação social é possível. Diante dessa análise, é importante questionar qual a intervenção ético-política o pesquisador necessita assumir? Aquela que afirma e confirma a mudança mediante reformas? Ou aquela que afirma serem necessárias as reformas, mas que elas devem resultar em ações estratégicas para a revolução?

E, por fim, sabendo da responsabilidade histórico-social de pesquisador, conforme Mészáros (2008), é preciso compreender que, para concretizar a “mudança”, a universalização da educação e a do trabalho como atividade humana autorrealizada torna-se fundamental. A educação, na sua totalidade, deve abarcar o objetivo de emancipação do sujeito que vá para além do capital; necessitamos de uma educação continuada que ensine os indivíduos a pensar uma transformação social ampla e emancipatória, e, com base nessa compreensão, agir em consequência.

Referências

- DUAYER, Mario. Anti-realismo e absolutas crenças relativas. In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas* n. 8, São Paulo, Boitempo editorial, p. 109-130, novembro de 2006.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUKÁCS, György. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I, tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Proposições acerca da produção de conhecimento e políticas de formação docente. In: *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. O Renovado Conservadorismo da agenda pós-moderna. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, maio/ago, 2004.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. *A teoria tem consequências: Indagações sobre o conhecimento no campo da educação*. Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 107, p. 585-607, maio/ago. 2009.

THOMPSON, E. P. A Lógica da história [Capítulo VII]. In: THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORRIGLIA, PATRICIA. *A ontologia crítica, práxis cotidiana e as dimensões do conhecimento: primeiros apontamentos para discutir o ser da didática*. Projeto de Pesquisa 2013-2016. EED/CED/UFSC.

TUMOLO, Paulo Sergio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educação & Sociedade**, Campinas - SP, v. 26, n. 90, p. 239-265, 2005.

Notas:

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. Email: julianahist@hotmail.com

² Possui graduação em Ciências de La Educación - Universidad Nacional de Córdoba, Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora Associada no departamento de Estudos Especializados em Educação (EED) do Centro de Ciências da educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: patrilaura@gmail.com

Recebido em: 18/04/2015

Publicado em: 08/2016